

# O racismo no banco dos réus: arte-educação jurídica como prática pedagógica



**ANA FLAUZINA**  
Professora da Universidade Federal da Bahia, especialista em criminologia e relações étnico-raciais

nas escolas, marcando uma vitória da resistência negra. No entanto, mesmo após 20 anos, sua implementação ainda é um desafio.

O cenário atual revela o despreparo das escolas para abordar questões étnico-raciais. Muitas vezes, o tema é reduzido a datas comemorativas, cumprindo-se a lei de forma protocolar. Falta um esforço em construir um currículo engajado no enfrentamento do racismo, com uma perspectiva crítica que, de um lado, valorize o legado civilizatório africano para a edificação do Brasil e, de outro, evidencie como a violência contra pessoas negras segue vigorosa no país.

Contra essa tendência, surgem iniciativas que centralizam o debate racial nas escolas, como o projeto *O racismo no banco dos réus*, que usa a arte-educação jurídica como forma de abrir novos horizontes.

O projeto adapta, em formato teatral, a história real de Francisco — o último escravizado condenado à pena de morte no Brasil, em Pilar (AL), em 1876. A atividade começa com atores e atrizes profissionais encenando seu julgamento, seguida por uma oficina interativa. No júri simulado, os(as) estudantes assumem o papel de jurados. Após a apresentação, debatem o caso e decidem o veredito final — absolver ou condenar Francisco. Assim, tornam-se protagonistas do desfecho dessa história.

Apoiado pelo Fundo de Apoio à Cultura do DF (FAC), o projeto circulou por três escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal em 2024, com resultados promissores. O alto engajamento dos participantes com os temas jurídicos elencados — desde processos históricos até questões atuais

— evidencia a necessidade de expandir iniciativas como essa.

A questão das abordagens policiais truculentas, por exemplo, emergiu com frequência nos debates, principalmente entre estudantes negros. Essa inquietação permitiu tratar de problemas estruturais, como os dados alarmantes do Anuário de Segurança Pública 2024 que indicam que 26,2% das mortes de policiais em 2023 ocorreram por suicídio. No caso dos policiais militares, em sua maioria negros, houve mais mortes por suicídio do que por confronto, tanto na folga quanto em serviço. Esses dados provocaram reflexões e levantaram perguntas fundamentais: Quais são as reais condições de trabalho das polícias no Brasil? Que tipo de formação esses profissionais recebem? Como a imposição de uma performance de masculinidade violenta afeta sua atuação profissional e vida pessoal? O que significa, afinal, ser um policial negro num país estruturalmente racista?

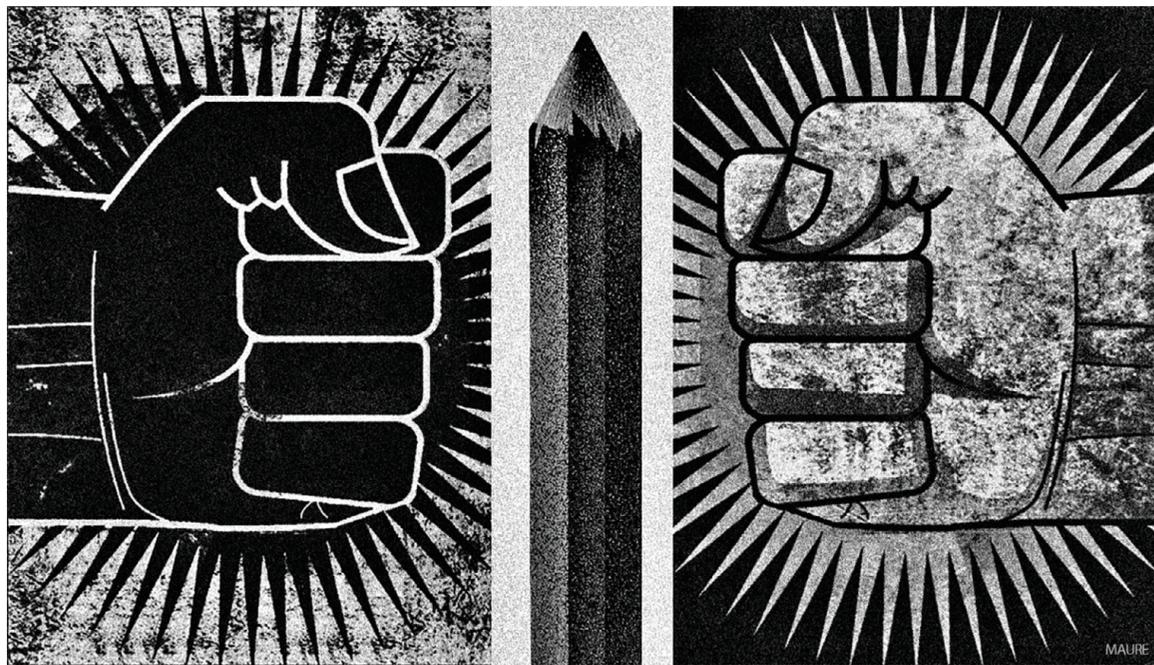
Essas problemáticas — que conectam o direito ao cotidiano da juventude negra — são fundamentais para efetivar a Lei nº 10.639/2003. Como forma de estimular docentes e alunos a aprofundarem esse processo formativo, foi criada a plataforma *educabradonegro.com*, com materiais didáticos, referências bibliográficas e questões de vestibular relacionadas ao projeto. Afinal, se o 13 de maio simboliza o maior conflito social do país, é preciso investir em projetos inovadores — especialmente no âmbito da educação. Só assim, podemos abrir caminhos para uma nova ordem social efetivamente justa e igualitária.

“Ninguém no mundo, ninguém na história conseguiu sua liberdade apelando para o senso moral das pessoas que o oprimiam”, nos ensina Assata Shakur, importante liderança negra estadunidense. Essa afirmação é fundamental para as disputas de narrativas que, até hoje, permeiam a abolição da escravidão e suas consequências no Brasil.

Para as elites, a estratégia sempre foi retratar o fim do regime escravista como uma concessão. Nessa visão, o 13 de maio simboliza resolução: enterrar o passado; negar a desigualdade racial no presente e projetar um futuro como miragem de justiça social.

Em contraste, a militância negra enxerga a escravidão como alicerce da estrutura social, cujo legado essencial é o racismo: o grande dilema político da nação. Aqui, o 13 de maio representa conflito. É preciso reconhecer as atrocidades do passado; assumir o racismo como base da desigualdade para, só então, vislumbrar algum nível de conciliação no futuro.

A educação é, sem dúvida, trincheira central desse embate. Após décadas de luta, a Lei 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana



## O Brasil no exterior



**ANDRÉ GUSTAVO STUMPF**  
Jornalista

O exercício da política no Brasil possui características muito especiais. Nos últimos tempos, deputados, senadores, governadores e ministros de Estado têm procurado desenvolver debates e eventuais conchavos no exterior. Já foram realizados vários congressos em Lisboa, inúmeros em Londres, mas é em Nova York que ocorre o maior número de encontros políticos brasileiros. A todo momento, figuras de destaque no Brasil se reúnem na cidade norte-americana para trocar ideias diante de repórteres convidados para ouvir ideias e presenciais negociações.

Há uma explicação para a preferência pela cidade norte-americana. Ali, estão sediados os grandes bancos capazes de financiar os megalômanos projetos idealizados por alguns políticos. São eles, também, que se encarregam de escorregar um agrado para este ou aquele nome em posição de solucionar problemas no país. E também é a sede das empresas de análise de risco, que indicam aos financiadores os países em que se pode confiar. Ou seja, aquele em que o dinheiro vai e vem com relativa facilidade. Essas agências costumam errar muito, sobretudo quando está em foco alguma empresa norte-americana, mas isso é outra história.

O avassalador avanço do PSD sobre os destroços do PSDB e outras siglas menores está sendo percebido pelos estudiosos de Brasil

no país do norte. Lá, estão sendo fechados os primeiros acordos para a eleição presidencial de 2026 que terá um forte candidato da direita não truculenta. Há vários governadores capazes de expor obras significativas durante seus mandatos em alguns estados brasileiros. Todos eles vão disputar a vaga até o momento em que terão que fazer acordo. Como acontece nestes momentos cruciais para a política nacional, os especialistas norte-americanos terão o privilégio de conhecer o resultado antes dos brasileiros. Nenhuma novidade, sempre foi assim.

Outro polo da política brasileira foi estabelecido em Pequim. Lá, por estranho que pareça, foi realizado o encontro dos países membros da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). O encontro dos dirigentes, que vivem sob a guante dos Estados Unidos (Washington considera a América Central seu quintal) foi realizado na China, com a presença do líder máximo chinês, Xi Jinping. Este é um exemplo claríssimo de que o mundo das relações internacionais mudou muito.

Mas, ao lado dessa reunião, o presidente Lula assinou acordos em diversas áreas com o supremo governante do país asiático. A China, que era o principal parceiro econômico do Brasil, agora se transforma numa superpotência que desembarca no maior país da América do Sul. No terreno das empresas privadas, apareceu uma mala cheia de promessas. Foram assinados 36 atos de cooperação intergovernamental. Os anúncios de negócios entre empresas alcançaram a cifra de R\$ 27 bilhões. Entre eles, a chegada ao Brasil de uma nova marca de serviços de entrega (delivery), a Keeta, investimentos em uma fábrica de trens em São Paulo, uma nova montadora de veículos, a GAC Motor, em

Goiás, e R\$ 5 bilhões para produção de SAF (combustível sustentável de aviação) no Rio. Sistemas de armazenamento de energia, uma plataforma de vacinas, produção de insulina e equipamentos médicos de imagem. Ainda surgiu a história de que a primeira dama Janja teria se dirigido ao presidente chinês para pedir a regulação do Tik Tok. Tremenda gafe diplomática.

Mas o presidente passou por cima do episódio e disse que “nossa relação não é uma coisa trivial, é muito estratégica. A gente quer tudo que eles possam compartilhar conosco”, definiu o petista. “Não temos medo de retaliação. Espero que o Trump compreenda bastante bem a relação de 200 anos entre Brasil e EUA. Quando quero melhorar minha relação com a China, não quero piorar com ninguém.” Nem tudo saiu conforme esperado. O projeto da ferrovia bioceânica, que pretende ligar a ferrovia norte-sul ao porto de Chancay, no Peru, continua a ser apenas uma ideia. É possível que novos anúncios de parceria Brasil-China sejam anunciados em julho, quando será realizada a Cúpula do Brics, no Rio de Janeiro. Alguma decisão de interesse dos brasileiros poderá, afinal, ser anunciada no Brasil.

Além do passeio dos presidenciais por várias cidades no exterior, dentro do país o noticiário frequenta as páginas policiais. Ninguém consegue ocultar o tremendo escândalo da corrupção abissal ocorrida no INSS. O esquema criminoso começou por volta de 2019, aumentou e se aperfeiçoou ano a ano. Chegou aos bilhões em benefícios para sindicatos de diversos calibres. O ex-presidente da instituição chegou a dizer que não havia qualquer indício de fraude. Ridículo, trágico e criminoso. Este será, sem dúvida, um bom assunto na campanha eleitoral de 2026.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## A batina de São Pedro

Um ladrão de banco, ao fugir da perseguição policial, teve que escolher de imediato, entre se esconder dentro de um bar cheio de fregueses ou se abrigar debaixo da batina de um padre parado na esquina. Escolheu se esconder debaixo da batina. O padre surpreendido com a coragem do fugitivo, transformou-se numa estátua pálida, de tanto medo. A polícia vasculhou o bar e nada encontrou. Viu o padre e seguiu adiante sem suspeitar de nada. Essa pequena fábula — do ladrão que, fugindo da polícia, escolhe se esconder debaixo da batina de um padre em vez de se misturar à multidão em um bar — serve como metáfora poderosa e crítica ao papel que o Instituto para as Obras de Religião (IOR), o chamado banco do Vaticano, desempenhou historicamente no sistema financeiro global.

A Batina, como metáfora do Refúgio Perfeito, revela a astúcia do ladrão, pois ele não escolhe o óbvio (um bar cheio de gente), mas o lugar onde ninguém ousaria procurar — o símbolo da moralidade, da fé, da retidão.

Assim também, durante décadas, corruptos, ditadores e mafiosos enxergaram o banco do Vaticano como o esconderijo ideal para seu dinheiro ilícito. Três seriam os motivos dessa preferência: primeiro a imunidade jurídica e a soberania do Vaticano, como Estado independentemente, seu banco não está sujeito às mesmas exigências de transparência impostas a instituições financeiras internacionais. Não há obrigação de divulgar beneficiários de contas ou de cooperar prontamente com investigações estrangeiras. Tem ainda a reputação de santidade e da imagem pública da Igreja, historicamente associada à caridade, moralidade e neutralidade.

Graças a esse prestígio pode oferecer uma “capa de invisibilidade”. Assim como a polícia passou pelo padre sem desconfiar, autoridades fiscais e investigadores, dificilmente, olhavam para o Vaticano como cúmplice financeiro perfeito para o crime. Há ainda o uso de ordens religiosas e fundações como fachada. Assim como o ladrão esconde-se sob o símbolo da fé, dinheiro sujo foi camuflado sob o disfarce de obras religiosas, ONGs missionárias e fundações de caridade. Muitas dessas eram, na prática, estruturas de fachada para lavar recursos provenientes de corrupção, tráfico ou desvios estatais.

O Banco do Vaticano possuía assim uma espécie de cofre intocado. Durante o século 20 — sobretudo nos anos 1970 a 1990 — o IOR acolheu contas secretas, blindadas por nomes de congregações ou intermediários que movimentavam, além de dinheiro vindo de regimes militares na América Latina; os fundos desviados por políticos corruptos na Itália e Europa Oriental, bem como riquezas acumuladas por máfias sicilianas e bancos privados falidos (casos Roberto Calvi e Michele Sindona). Com isso, a fábula do ladrão mostra que a batina protege. Até recentemente, essa proteção era real e eficaz — nenhuma polícia internacional ousava levantar a batina de São Pedro.

O padre, ao se transformar numa estátua de tanto medo, mostra o um retrato do desconforto institucional, ante uma situação que mais cedo ou mais tarde prejudicaria o Estado do Vaticano e a própria Igreja Católica. Quando, nos últimos anos, vieram à tona escândalos financeiros e pressões externas por transparência, setores do Vaticano se paralisaram: chantageados por arquivos internos, expostos por vazamentos (como VatiLeaks) e divididos entre reformas e autoproteção.

Mas eis que o papa resolve levantar a batina. Com a eleição do papa Francisco, houve um esforço concreto e inédito de limpar esse esconderijo. Para tanto, ele empreendeu o fechamento de centenas de contas fantasmas no IOR; fez reformas estruturais no sistema financeiro vaticano, com a criação da Autoridade de Informação Financeira (AIF); também pediu ajuda e cooperação com o Moneyval (FMI europeu de combate à lavagem). Por fim, levou a cabo uma perseguição judicial interna, como no caso do cardeal Becciu. Francisco fez o que a polícia da fábula não fez: olhou sob a batina.

A reforma iniciada por Francisco foi, e ainda é, uma tentativa corajosa de transformar uma estátua de pedra em um corpo vivo e transparente — mas enfrenta resistência, inércia e a herança de décadas de silêncio. Ao levantar a batina de São Pedro, a Igreja pode, enfim, olhar para dentro de si.

### A frase que foi pronunciada:

“Mister ressaltar que o crime de branqueamento de capitais é de tipo misto ou conteúdo variado, de modo que a prática de qualquer das condutas (ocultação, dissimulação ou integração) configura o crime.”

Badaró e Bottini

### Bem feito

» Um sinal mais inteligente na L2 Norte, altura da 16 sentido norte/sul. Agora, se o caminho estiver livre para a L2 basta pegar a pista da direita. Quem for seguir para a Avenida das Nações aguarda o sinal.

### Manutenção

» Depois de tantos transtornos para recuperar o asfalto na ponte do Braguetto é possível ver caminhões enormes passando por ali. Falta fiscalização.

### História de Brasília

Esta nota vem a propósito de telefonemas que temos recebido sobre a greve dos professores. A invasão foi uma lição ao BNDE mas a greve foi uma lástima. A cidade toda comoveu-se com a situação dos professores, mas recebeu com muita reserva o movimento grevista. (Publicada em 4/5/1962)